

INFRAESTRUTURA ESCOLAR, PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM RIBEIRÃO PRETO/SP

Cláudia Souza Passador^a e Gislane Cantero Calhado^b

^a Livre-docente em Administração Pública pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FEA-RP/USP.

cspassador@gmail.com

^b Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FEA-RP/USP.

gislainealhado@gmail.com

Palavras-chave:

Educação pública,
Avaliação, Indicadores
socioeconômicos

Resumo O objetivo do artigo é identificar os fatores relacionados à infraestrutura das escolas e variáveis relacionadas à origem socioeconômica dos alunos que influenciam no desempenho das escolas, mensurado através das notas de português e de matemática da Prova Brasil, realizada em 2005. Foram construídos bancos de dados a partir dos questionários respondidos pelos alunos do ensino fundamental da educação básica quando da realização da Prova Brasil e também a partir das informações cedidas pelas escolas para realização do Censo Escolar. Através da utilização das técnicas estatísticas de regressão linear múltipla e análise dos componentes principais foi possível elaborar indicadores socioeconômicos para as escolas em relação à origem dos alunos matriculados. Dentre outras conclusões, a pesquisa indica que há fatores intangíveis capazes de influenciar o desempenho das escolas e, conseqüentemente, a qualidade da educação.

Key words:

Public education, Evaluation, Socio-economic indicators

Abstract *This paper aims to identify the factors related to schools infrastructure and also other variables related to students' socio-economic origin that influence in the schools' performance, measured by schools grades in portuguese and mathematics of "Prova Brasil", held in 2005. There were built databases from questionnaires answered by the students of elementary school during application of "Prova Brasil" and also from the information provided by schools to "Censo Escolar". By using statistical techniques of multiple linear regression and analysis of main components was possible to draw up socio-economic indicators for schools in relation to the origin of enrolled students. Among other findings, the research indicates that there are intangible factors capable of influencing the performance of schools and, therefore, the quality of education.*

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a preocupação com a avaliação das políticas públicas surgiu na década de 1980 juntamente com as mudanças administrativas e políticas ocorridas no Estado e as modificações ocorridas na sociedade (PAULA, 2005). O fato de o Estado ter sido pressionado a prestar serviços públicos de maior qualidade levou a uma melhoria do desempenho da administração pública, assim como, uma busca por ferramentas e metodologias de avaliação das políticas públicas (ABRUCIO, 1998).

No contexto atual, com a adoção de novos princípios, novas formas de atuação, mudança de paradigma e alteração dos objetivos e de instituições por parte do governo, o sistema educacional também passou por um processo de reestruturação no que tange aos aspectos: organizacional, forma de gestão e financiamento (COSTA, 1998). Essa reestruturação visa à melhoria da qualidade, à universalização, à equidade, à descentralização e à desconcentração (AFFONSO, 1994).

No final do século XX, a educação passou a ser considerada como um fator determinante para a competitividade do país e vital para seu crescimento econômico, sendo destacada como impulsionadora do desenvolvimento social, da socialização de valores e equidade. Concomitantemente à reforma do Estado, o papel da educação foi evidenciado assim como sua contribuição para o desenvolvimento econômico dos países (KLIKSBURG, 1997, 1999).

Por outro lado, com a importância da educação para os países destacadas no século XX, tornou-se necessária mensuração de sua qualidade e na década de 1980 foram desenvolvidas algumas metodologias para aplicação de testes que permitissem inferir a qualidade de um sistema educacional (CASASSUS, 1999).

De acordo com Soares (2004), segundo pesquisas efetuadas nas décadas passadas há

três grupos definidos de fatores que definem e influenciam o desempenho dos alunos: (a) fatores que estão relacionados à estrutura da escola; (b) fatores que estão relacionados à origem cultural e socioeconômica dos próprios alunos; e (c) fatores que estão relacionados ao aluno, individualmente (seu estado emocional, físico e psíquico, motivações para o estudo, entre outros).

Nesse contexto, o Brasil com o fim de obter dados e informações que permitissem efetuar uma melhora nas políticas relacionadas à educação, o Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Educacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), elaborou iniciativas para que o sistema educacional brasileiro fosse avaliado. A partir dessas iniciativas foram elaborados processos para avaliação periódica como: (a) Censo Escolar; (b) Prova Brasil; e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); entre outras avaliações (INEP, 2006).

Nesse contexto, essa pesquisa busca avaliar o desempenho escolar dos alunos de 8ª série do ensino público das escolas de São Paulo, na tentativa de compreender quais fatores mais influenciam esse desempenho. O objetivo deste artigo, destarte, é identificar os fatores determinantes da qualidade da educação para as redes estadual e municipal na cidade de Ribeirão Preto-SP. São pressupostos desta pesquisa que a origem socioeconômica dos alunos e as condições de infraestrutura das escolas para a oferta de ensino são variáveis que podem influenciar o desempenho dos alunos e por consequência o resultado de desempenho da escola, medido através da performance dos alunos avaliações (ALVES; PASSADOR, 2011).

A partir desta introdução o artigo apresentará: 2) breve revisão teórica abordando educação e avaliação das políticas públicas no Brasil, 3) os aspectos metodológicos da pesquisa, 4) a análise dos dados e 5) as conclusões.

2 NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A avaliação é necessária à administração pública para que os recursos empregados possam ser otimizados e para que se faça uma análise objetiva a respeito da efetividade do emprego dos recursos públicos na satisfação das necessidades e demandas da sociedade (MARINHO; FAÇANHA, 2001; COSTA; CASTANHAR, 2003; MATIAS-PEREIRA, 2006).

Segundo Ala-Harja e Helgason (2000), a avaliação dos programas é um mecanismo que pode auxiliar na melhora do processo decisório, uma vez que permite que os resultados de determinado programa ou política sejam mensurados, o que pode ser utilizado para melhorar o planejamento ou implementação de uma política pública, para a fundamentação de decisões e também para a melhora da prestação de contas; para eles, a meta principal da avaliação seria a alocação devida dos recursos e a melhora no processo decisório.

Com a diminuição dos gastos governamentais por ocasião da crise fiscal, a escassez de recursos torna cada vez mais necessária a avaliação das políticas públicas. Além disso, a democracia “de fato” ocasionou o surgimento de novos atores sociais, fazendo com que a sociedade cobre cada vez mais do Estado políticas públicas capazes de atender suas demandas (CALMON, 1999; PAULA, 2005).

De acordo com Motta (1992), Marinho e Façanha (2001), Costa e Castanhar (2003) e Calmon (1999) podem ser enumerados alguns objetivos da avaliação: prestação de contas em relação aos gastos efetuados; responsabilidade dos gestores por ações e decisões implementadas (accountability); redução da incerteza nas ações administrativas que interfiram nas políticas públicas; continuidade de ações administrativas, evitando mudanças devido a interferências políticas; utilização dos conhecimentos adquiridos na avaliação para que as políticas sejam corrigidas, alteradas ou redirecionadas de maneira mais consistente; disponibilizar dados para formuladores de políticas públicas e para gestores para que eles possam saber dos impactos das políticas adotadas para os beneficiários; proporcionar a possibilidade de que haja controle coletivo em relação às políticas públicas; utilização da avaliação como ferramenta para aprendizagem organizacional no setor público.

A tentativa de avaliação das políticas públicas surgiu primeiramente nas áreas de Saúde e Educação

já no início do século XX. Para essas avaliações eram aplicados métodos de pesquisa científica que, na Educação, buscavam analisar problemas relacionados à alfabetização e, na Saúde, buscavam analisar temas relacionados às mortes causadas por doenças infecciosas. No entanto, somente após a segunda Guerra Mundial é que a avaliação das políticas públicas ganhou força, facilitada pelo avanço tecnológico no processamento e manuseio de dados (surgimento dos computadores) e também devido à evolução das técnicas estatísticas (ROSSI; FREEMAN, 1993).

A partir da década de 1990, tornou-se ainda mais importante à avaliação das políticas públicas devido à falta de recursos do Estado, causada pela crise fiscal e pela crise econômica e também pela pressão exercida pela sociedade civil em busca de eficiência na alocação dos recursos, efetividade dos resultados e prestação de contas por parte do Estado (CALMON, 1999).

No Brasil, a preocupação com a avaliação das políticas públicas é mais recente e data principalmente a partir da década de 1980, com o agravamento da crise fiscal e econômica do Estado, aumento da dívida externa, interrupção dos elevados índices de crescimento e com a consequente diminuição dos recursos disponíveis para investimentos sociais. Tais fatores aliam-se ainda, na década de 1990, com o aumento do desemprego, abertura do mercado, desestatização da economia, redução real dos salários e diminuição do poder de compra, que somados ao fato do fortalecimento da sociedade civil fizeram com que a população cobrasse do Estado o suprimento de suas necessidades básicas (COSTA e CASTANHAR, 2003).

Há diversos métodos e técnicas para que seja feita a avaliação de uma política pública e a escolha do método mais adequado é uma tarefa árdua devido ao grande número de fatores que devem ser analisados (MOTTA, 1992). O método escolhido para a avaliação deve ser capaz de fornecer e especificar indicadores de avaliação e critérios para as diferentes etapas da política pública (formulação, implementação e resultados) (BELLONI, MAGALHÃES; SOUSA, 2000).

Há recomendação para o uso de diversos critérios não específicos e objetivos como métodos intuitivos e parâmetros relacionados à ética e à moral para a avaliação de políticas públicas, além dos critérios racionais e objetivos, para que a avaliação seja completa. A correta definição do objeto da

política pública, dos processos, das ações, resultados pretendidos e também dos valores culturais e morais é imprescindível para a criação dos critérios de avaliação: eficiência, eficácia e efetividade (MOTTA, 1992).

Nesse contexto, as políticas públicas também podem ser analisadas pelos critérios apresentados no quadro 1.

Quadro 1. Critério de análise para políticas públicas

Critério	Significado
Sustentabilidade	Tentativa de mensuração da capacidade de repetição e permanência dos efeitos benéficos da política pública, após seu término.
Custo-efetividade	Comparação da política a outros programas que possam trazer o mesmo benefício, no entanto, com um custo menor.
Relevância	Pertinência da política pública proposta quando comparada aos objetivos socioeconômicos da administração pública como um todo
Satisfação do beneficiário	Como o beneficiário avalia a qualidade do serviço prestado
Adequação	Analisa a origem dos recursos para implementação da política em questão
Compatibilidade e coerência	Visa analisar se as atividades desenvolvidas estão de acordo com os objetivos da política
Descentralizações	Transferência de responsabilidade sobre as ações da esfera federal para as esferas estadual e municipal para adequada análise da demanda local e maior eficiência na utilização dos recursos públicos
Parceria	Articulação entre os diferentes órgãos atuantes em determinada área
Exequibilidade	Estratégia para planejamento, execução, monitoração e avaliação da política pública; infraestrutura necessária para concepção da política pública e divulgação junto aos meios interessados – avaliadores, público-alvo, executores e setores públicos

Fonte: Cohen e Franco (1994), Belloni, Magalhães e Sousa (2000), Costa e Castanhar (2003)

Silva e Hasenbalg (2000) afirmam a hipótese de que houve uma melhoria na eficácia governamental, no que tange à educação, o que foi traduzido pela melhoria nos indicadores da educação. Os autores analisam índices nacionais educacionais como idade em relação à escolaridade e desempenho escolar, entre os anos de 1976 a 1998, observando que o nível de instrução formal da população como um todo evoluiu, ao mesmo tempo que diferenças em relação a raça, sexo, regiões e classe social diminuíram.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente foi realizada uma pesquisa exploratória seguida de uma pesquisa descritiva utilizando a abordagem quantitativa. Para a consecução dos objetivos da pesquisa foram relacionadas às variáveis referentes às condições socioeconômicas dos alunos (obtidas através do questionário socioeconômico respondido pelos alunos para a realização da Prova Brasil),

às características das escolas da rede pública (municipais e estaduais) de Ribeirão Preto no que tange à oferta da educação para os estudantes da 8ª série do ensino fundamental (obtidas através do Censo Escolar) e às notas que as escolas obtiveram na avaliação realizada pelo INEP/MEC (Prova Brasil, 2005). O objetivo é a construção de um quadro diagnóstico dos fatores para a oferta de uma educação de qualidade. Todas essas informações estão disponíveis para acesso público, nos endereços eletrônicos do MEC e do INEP.

Segundo dados do INEP/MEC, 367 escolas de educação básica de Ribeirão Preto em todas as modalidades e etapas de ensino responderam ao instrumento utilizado para levantamento de dados

anual do Censo Escolar 2005. Este número de escolas é o universo desta pesquisa. No entanto, deste número, 351 estão em funcionamento, 11 estão paralisadas e 5 foram extintas.

A amostra foi selecionada com base em quatro critérios de escolha: (a) Tipo da rede de ensino (municipais e estaduais); (b) Localidade da escola (área urbana de Ribeirão Preto); (c) Modalidades e níveis de ensino (ensino fundamental e educação básica) e (d) Notas na avaliação da Prova Brasil 2005. Após a aplicação dos critérios de seleção mencionados, a amostra passou a ser composta por 24 escolas municipais e 36 estaduais. Conforme elucidado no Quadro 2, os procedimentos metodológicos foram realizados em 7 fases:

Quadro 2. Fases da pesquisa

FASE	PROCEDIMENTOS	RESULTADO DA FASE
1	Seleção das variáveis para comporem o banco de dados da pesquisa agrupado de acordo com três fatores a serem estudados (características socioeconômicas dos alunos, infraestrutura da escola para oferta de ensino e indicador do resultado do desempenho da escola).	Variáveis que irão compor o banco de dados da pesquisa.
2	Construção de um banco de dados com informações específicas relacionadas ao Ensino Fundamental (5ª a 8ª série).	Banco de dados analisado com a utilização de estatística descritiva.
3	Utilização de regressão linear múltipla com os indicadores de resultados das escolas como variáveis dependentes para que se identifique quais variáveis socioeconômicas que mais influenciam no desempenho da escola.	Variáveis relevantes para compor o Indicador Socioeconômico das Escolas (ISE).
4	Análise dos componentes principais para redução das variáveis socioeconômicas em um fator e geração do ISE.	Obtenção do ISE para a 8ª série do ensino fundamental.
5	Exposição da infraestrutura para a oferta de ensino disponível em cada escola.	Escolas classificadas em ordem crescente da pior para a melhor infraestrutura apresentada.
6	Separação da amostra em dois grupos: um representando o grupo com o "melhor" desempenho e outro representando o grupo com o "pior" desempenho.	Identificação das escolas com desempenhos extremos para análise de suas características que influenciaram os resultados da Prova Brasil.
7	Estudo das relações entre os fatores analisados.	Identificação dos fatores mais relevantes para um bom desempenho da escola e qualidade no ensino.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Utilizando as notas de Português e Matemática da Prova Brasil do ano de 2005 como indicadores de desempenho, foram feitas as primeiras análises relacionando comparativamente os resultados das redes de ensino estadual e municipal do município estudado. Embora nesta etapa de ensino a maior parte dos alunos esteja concentrada na rede municipal, o desempenho das duas redes foi relativamente igual na Prova Brasil 2005: a rede municipal apresentou médias de notas de 241,50 e 226,29 enquanto a rede estadual apresentou médias de 240,27 e 226,99 em português e em matemática, respectivamente.

Em seguida, para identificar o nível socioeconômico (médio) dos alunos, foi construído um indicador específico, utilizando as variáveis obtidas do questionário socioeconômico respondido pelos alunos ao realizar a Prova Brasil em 2005. Com a utilização dessas variáveis foi possível traçar um perfil socioeconômico dos alunos da rede pública de Ribeirão Preto.

A partir dos dados foram realizadas diversas análises através de regressão linear múltipla pelo método stepwise com o objetivo de identificar quais as variáveis socioeconômicas tinham maior influência nos resultados obtidos pelas escolas na Prova Brasil. O objetivo deste procedimento é diminuir a quantidade de variáveis socioeconômicas utilizadas para explicar o desempenho das escolas para, em seguida, reduzir estas informações em um único fator com a utilização da análise de componentes principais para, finalmente, sintetizar as informações e gerar cargas fatoriais denominadas Indicador Socioeconômico das escolas (ISE).

Para a elaboração do ISE, inicialmente foi gerada a matriz de correlação com o intuito de observar aquelas que são altamente correlacionadas entre si e excluí-las do modelo para não gerar problemas relacionados à multicolinearidade.

Inicialmente a nota de Português da Prova Brasil foi selecionada como variável dependente e as outras variáveis referentes a bens das famílias e serviços foram colocadas como variáveis independentes, resultando em um R-quadrado de 0,538. As variáveis mais explicativas positivamente para a nota de português foram: (a) pai com ensino fundamental completo (8a série); (b) tem um rádio, e (c) tem luz. Com a utilização das mesmas variáveis anteriores

como independentes e a nota da Prova Brasil de matemática como dependente, o R-quadrado foi de 0,599. As variáveis que mais afetaram positivamente a nota de matemática foram: (a) pai com ensino fundamental completo (8a série), e (b) tem um rádio. Os coeficientes de determinação auferidos indicam também que outras variáveis, que não foram abordadas neste estudo, podem influenciar a variável dependente.

Os resultados indicam que as variáveis analisadas explicam aproximadamente 50% da variação das notas das escolas nas duas disciplinas avaliadas. De acordo com este modelo é possível destacar que o grau de escolaridade do pai (ensino fundamental completo) tem grande importância na variação das notas analisadas. Os resultados não permitem inferir a respeito das variáveis relacionadas à origem socioeconômica do aluno que realmente influenciam a nota, visto que o único item com expressividade foi o rádio.

Como os resultados da regressão não foram satisfatórios para evidenciar quais as variáveis deveriam compor o ISE, foram selecionadas as variáveis que indicavam as melhores condições socioeconômicas das famílias brasileiras, com base no Critério Brasil, para que o indicador anteriormente mencionado fosse construído através da utilização de análise dos componentes principais.

Ao se realizar a regressão múltipla para as amostras da rede municipal e estadual, separadamente, os resultados obtidos foram relativamente diferentes dos resultados obtidos ao se analisar as duas redes em conjunto, quanto à nota da Prova Brasil de português.

Com a utilização da nota da Prova Brasil de português como variável dependente foi observado um R-quadrado de 0,497 para as escolas da rede municipal de ensino, enquanto o R-quadrado obtido para as escolas da rede estadual foi de 0,654. Além disso, foi verificado que a variável mais explicativa para o desempenho das escolas municipais com a utilização desse critério foi: (a) tem mais de um automóvel, enquanto as variáveis mais explicativas para o desempenho das escolas estaduais foram: (a) grau de instrução do pai entre 5a e 8a série; (b) tem uma TV; e, (c) grau de instrução da mãe entre 8a série e 2º grau.

Ao considerar a nota da Prova Brasil de matemática como variável dependente os resultados obtidos foram semelhantes aos resultados obtidos quando as duas amostras foram analisadas conjuntamente,

exceto pelo valor do R-quadrado. O R-quadrado obtido para a rede de ensino municipal foi de 0,729 enquanto o R-quadrado obtido para a rede estadual de ensino foi de 0,637.

O indicador gerado através da análise de componentes principais obteve um KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) de 0,885, valor que demonstra que este tipo de análise é adequada à base de dados. O Bartlett's Test of Sphericity apresentou um Sig (p-valor) de 0,000, o que indica que a relação existente entre as variáveis é suficientemente forte para que elas possam ser analisadas através da análise dos componentes principais. Todas as variáveis selecionadas foram agrupadas em um único fator, compondo o indicador da escola, sendo a carga fatorial desta análise considerada como Indicador Socioeconômico (ISE) para as escolas. A variância explicada foi de 45,65%. Pode ser percebida uma pequena variabilidade em relação à origem socioeconômica dos alunos da rede municipal e estadual, sendo que os alunos da rede estadual têm uma condição socioeconômica ligeiramente inferior à dos alunos da rede municipal.

As condições da oferta de ensino contemplam três diferentes tópicos: (a) infraestrutura existente na escola (dependências da escola); (b) equipamentos e recursos disponíveis nas escolas; e (c) nível de formação dos docentes.

Quanto à infraestrutura, as escolas serão classificadas em configurações (tipologias) específicas de acordo com a existência de itens relacionados à sua infraestrutura. Foram definidas 31 configurações diferentes disponíveis para enquadramento da escola, formadas por combinação dos diferentes itens: (a) serviços básicos (energia, água encanada, disponibilidade de água potável para os alunos, esgoto e existência de banheiro dentro da escola), (b) biblioteca, (c) quadra esportiva, (d) laboratório de informática e (e) laboratório de ciências.

Considerando tanto as escolas municipais quanto as estaduais foi possível observar que todas as escolas apresentam pelo menos "serviço básico" e algum item de configuração, enquanto 15% das escolas (todas elas municipais) apresentam a infraestrutura básica desejável: serviços básicos, biblioteca, quadra esportiva, laboratório de informática e de ciências. O mais comum são escolas que apresentam serviço básico, quadra, laboratório de informática e de ciências (16 escolas, representando 26,67% do total), seguidas pelas escolas que apresentam

serviço básico, quadra e laboratório de informática (13 escolas, representando 21,67% do total).

A análise seguinte relacionou os equipamentos e recursos que a escola possui para auxiliar no oferecimento de um ensino de qualidade, dentre eles: (a) televisão, (b) aparelho de som, (c) videocassete, (d) computadores para ensinar informática, (e) acesso à internet, (f) mimeógrafo e (g) copiadora.

Foi observado que o item que apresenta menor disponibilidade nas escolas é a copiadora, enquanto todas as escolas (municipais e estaduais) possuem computadores e acesso à internet e a taxa de posse de televisão, aparelho de som e videocassete é alta, sempre acima de 90%.

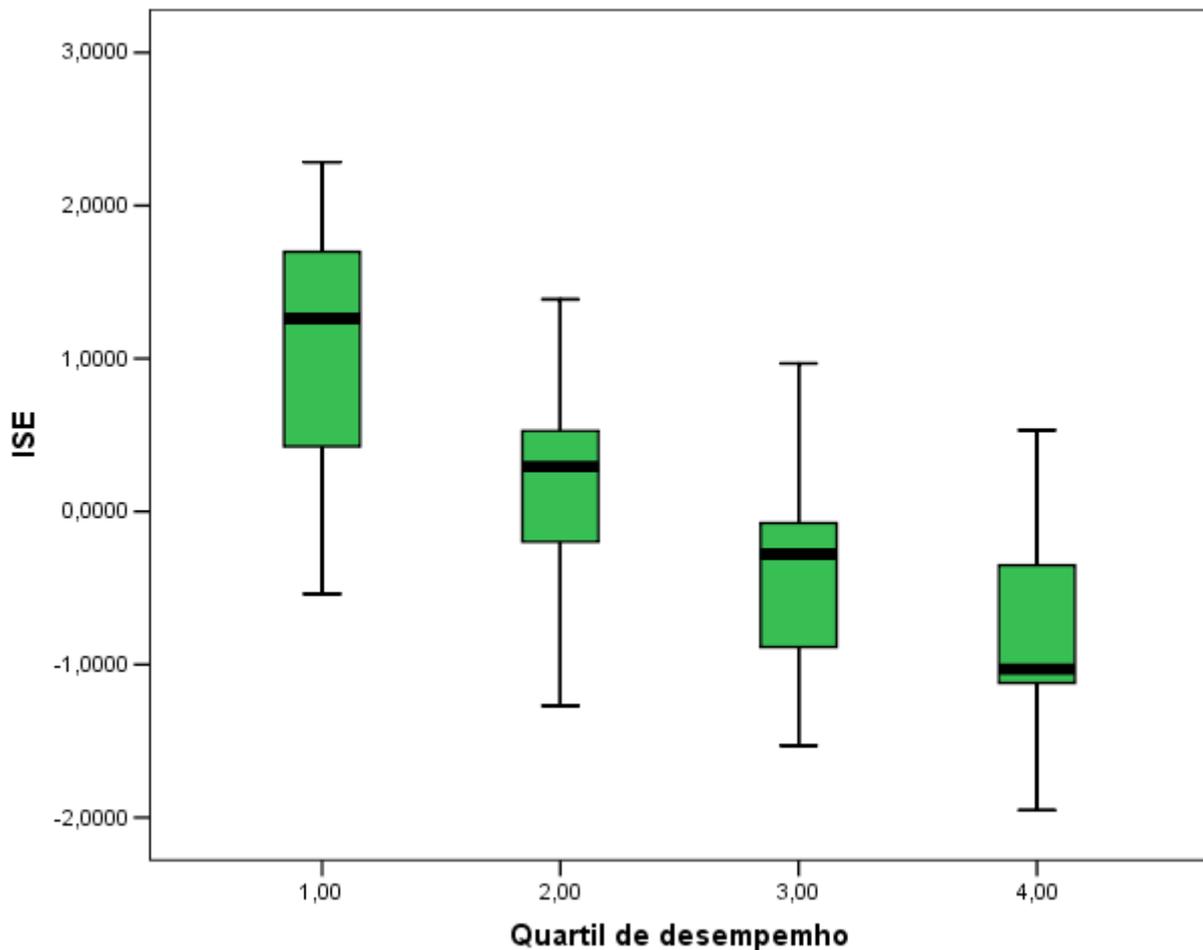
Outro fator analisado foi a formação em nível superior dos professores. A formação dos professores na rede estadual tem uma menor variabilidade do que a formação dos professores na rede municipal. Na rede estadual há um maior percentual de escolas com a totalidade de seus professores com formação de ensino superior (cerca de 61% e 51,43% na rede municipal).

Em seguida, a amostra foi dividida em grupos de desempenho com base na média das notas da Prova Brasil de português e de matemática. As escolas foram classificadas em ordem crescente segundo a média das notas e separadas em quatro quartis. Posteriormente foi realizada uma análise entre os quartis, tendo como foco os fatores que podem influenciar o desempenho das escolas.

Com a utilização da análise de correlação entre os resultados das escolas na Prova Brasil e o indicador socioeconômico, foi constatado que a correlação existente entre as duas variáveis analisadas é de 0,702 para a média da nota da prova de matemática e de 0,592 para a média da nota da prova de português. Ambas as correlações são significativas e indicam que a origem socioeconômica dos alunos em muitos casos influencia o desempenho da escola na Prova Brasil.

Ao dividir o grupo de escolas em quartis e analisar o indicador socioeconômico em relação a cada quartil de desempenho, foi construído o Gráfico 1, que mostra uma relação bastante forte entre os fatores considerados, o que significa que o perfil socioeconômico dos alunos influencia bastante seu desempenho escolar, sendo que aqueles com maior renda apresentam melhor desempenho.

Quadro 1. Quartis de desempenho versus Indicador Socioeconômico para cada quartil



Foi analisada também a relação entre a infraestrutura das escolas separadas nos quartis e seu desempenho na Prova Brasil. As escolas do grupo com o melhor desempenho apresentam, em geral, configurações mais completas de infraestrutura. Pode ser percebido também a existência de escolas com boa infraestrutura e baixo desempenho indicando que somente a infraestrutura não é decisiva para que a escola apresente um bom desempenho. Relacionando a infraestrutura da escola com o indicador socioeconômico foi possível perceber que as escolas do primeiro quartil são as que apresentam maior relação entre o ISE e a configuração da escola

Com base na análise dos dados sobre a disponibilidade de recursos nas escolas integrantes

do quartil com o melhor desempenho e o quartil com o pior desempenho pode-se concluir que as diferenças de disponibilidade de recursos entre os dois grupos não são muito significativas e não justificam a diferença no desempenho. Os dois grupos apresentam uma estrutura bastante similar e provavelmente há outros fatores que influenciam a diferença de desempenho além destes analisados.

As escolas do grupo com o melhor desempenho são as que possuem o maior percentual de professores com o ensino superior completo e são também as que possuem menor variabilidade em relação ao grau de formação dos professores. No entanto foi possível constatar que das escolas situadas no primeiro quartil, 86,66% têm pelo menos 93% dos professores com ensino superior completo.

5 CONCLUSÕES

A partir dos dados analisados neste artigo, pode-se concluir que há fatores intangíveis que influenciam o desempenho das escolas, tendo em vista que a existência de escolas que apresentam fatores favoráveis mas, no entanto, não obtiveram um bom desempenho. Percebemos também que os mecanismos de financiamento existentes não conseguem prover as escolas de maneira igualitária para que todos os alunos tenham as mesmas condições de oferta de ensino. Apesar de haver um consenso sobre a importância da boa formação dos professores e influência positiva no desempenho dos alunos, a correlação entre estes fatores mostrou-se fraca neste estudo. E ainda, a variável “grau de escolaridade dos pais” apresentou um alto grau de correlação com as melhores notas na Prova Brasil. Como consequência, os alunos não possuem os mesmos recursos à disposição, no que diz respeito à infraestrutura da escola e aos recursos disponíveis, o que pode gerar a não equidade e não igualdade na oferta de ensino por parte das redes de ensino.

Também podemos destacar que: o ISE conseguiu discriminar satisfatoriamente as características socioeconômicas dos alunos atendidos pelas escolas e podem ser utilizados para análises dessa natureza. Há correlação entre o ISE e o resultado auferido pelas escolas na Prova Brasil, embora o ISE não seja capaz de explicar todo o desempenho escolar. Em muitos casos, um melhor ISE faz com que a escola atinja um melhor desempenho mesmo embora não tenha uma infraestrutura desejável. E ainda, há escolas com um bom desempenho e com uma infraestrutura não desejável, o que indica a fraca correlação existente.

Assim, podemos verificar que é inegável o papel fundamental da educação para a formação do

indivíduo, para a sociedade e para o desenvolvimento do país. Sendo a educação uma política pública é de suma importância que sejam realizadas avaliações, já que os cidadãos exigem cada vez mais uma maior qualidade nos serviços prestados pelo governo e a disponibilidade de recursos é bastante escassa, o que torna necessária a melhor utilização dos recursos como forma de otimizar os resultados. Mesmo assim, foi verificado que a utilização das ferramentas de avaliação é um tema recente no Brasil, embora sua importância seja elevada e práticas de avaliação sejam empregadas no mundo há algum tempo.

No Brasil estas práticas começaram a ser empregadas a partir das mudanças pelas quais passaram o Estado e a sociedade, cujo início data da década de 1980. O novo modelo de administração pública¹ adotado aliado à nova configuração da sociedade tornou necessário que o Estado agisse de maneira mais clara, transparente, com maior qualidade e com foco na eficiência e eficácia de suas ações.

Todavia, é necessário que o Estado invista nas escolas para que todas apresentem as mesmas condições de ensino, para que, embora o investimento em estrutura física não seja um seguro quanto ao resultado educacional, seja pelo menos a garantia da equidade de condições de oferta de ensino. Por fim, como indicação de estudos futuros e devido a limitação do método de pesquisa deste artigo, sugere-se que sejam realizados estudos qualitativos em escolas com o pior e com o melhor desempenho na Prova Brasil, para analisar outras as condições que possam estar influenciando seu desempenho.

¹Existe no Brasil uma discussão teórica a respeito da configuração do aparato administrativo do Estado, com os defensores da Nova Gestão Pública de um lado, como os autores Bresser-Pereira (1999) e seus críticos de outro, propondo o Novo Serviço Público, como os autores Paula (2005). Entretanto, a discussão não é objeto deste artigo. Para um aprofundamento no tema ver Passador (2012).desempenho.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, T.; PASSADOR, C. S. **Educação pública no Brasil: condições de oferta, nível socioeconômico dos alunos e avaliação.** São Paulo: Annablume; Brasília, DF: Capes/Inep, 2011.
- BELLONI, I; MAGALHÃES, H; SOUSA, L. C. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº9.394/1996.** Brasília, MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: Jun. 2007.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; CUNILL GRAU, N. **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado.** Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CALMON, K. M. N. **A avaliação de programas e a dinâmica da aprendizagem organizacional.** Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n.19, junho, 1999.
- CASASSUS, J. **Descentralización de la gestión a las escuelas y calidad de la educación: ¿mitos o realidades?** In: COSTA, V. L. C. (Org.). **Descentralização da Educação: novas formas de coordenação e financiamento.** São Paulo: FUNDAP/ Cortez, p. 13-30, 1999.
- COHEN, E; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis: Vozes, 1994.
- COSTA, V. L. C. **Descentralização da Educação no Brasil: as reformas recentes no ensino fundamental.** Caderno de Pesquisa nº38, NEPP, Unicamp, 1998. Disponível em <<http://www.nepp.unicamp.br/Cadernos/Caderno38.pdf>>. Acesso em: Maio 2007.
- COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. **Avaliação de Programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos.** Rio de Janeiro, Revista de Administração Pública, 37 (5), set./out., 2003.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar.** Brasília: INEP/MEC, 2006.
- KLIKSBERG, B. **O Desafio da Exclusão.** São Paulo: Edições Fundap, 1997.
- KLIKSBERG, B. **Desigualdade na América Latina.** São Paulo: Cortez, 1999.
- MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. **Programas Sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação.** Texto para discussão nº. 787. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas – a Política Orçamentária no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2006.
- MOTTA, P. R. **Avaliação da Administração Pública: eficiência, eficácia e efetividade.** In: Projeto “Um novo Estado para São Paulo”. São Paulo: FUNDAP, 1992.
- PAULA, A. P. P. **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a questão social.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 45, p.37-53, jan-mar. 2005.
- ROSSI, P.; FREEMAN, H. **Evaluation: a systematic approach.** 5.ed. Newbury Park: Sage, 1993.
- SILVA, N.; HASENBALG, C. **Tendências da desigualdade educacional no Brasil.** Dados, v. 43, n. 3, p. 423-445, 2000. Disponível em < <http://168.96.200.17/ar/libros/anpocs00/gt03/00gt0321.doc>>. Acesso em: Maio 2007.
- SOARES, J. F. **O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos.** REICE – Revista Eletrônica Iberoamericana sobre Calidad, Eficácia y Cambio en la Educación, Madrid, v. 2, n. 2, p. 83-104, jul.-dez. 2004